



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1727/13	DATA: 22/10/2013	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h23min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MANOEL DIAS - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

SUMÁRIO

Transparência nos convênios do Ministério do Trabalho e Emprego.

OBSERVAÇÕES

Audiência conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Boa tarde a todos.

Declaro abertos os trabalhos da presente reunião, convocada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 286, de 2013, e 512, de 2013, respectivamente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para debater a transparência dos convênios do Ministério do Trabalho e Emprego, com a presença do Exmo. Sr. Ministro Manoel Dias.

O Ministro já está aqui. Quero agradecer pela sua disponibilidade e deixar registrado que, desde o primeiro momento, quando nós aprovamos o requerimento, de autoria do Deputado André Figueiredo na Comissão de Trabalho, S.Exa. prontamente se colocou à disposição para vir, a qualquer dia e a qualquer hora, à Câmara dos Deputados prestar esclarecimentos às duas Comissões envolvidas neste convite, para que não pare nenhuma dúvida quanto à gestão da Pasta sob o seu comando.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado André Figueiredo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, Exmo. Ministro Manoel Dias, caro colega Deputado Chico Lopes, senhores assessores, senhores jornalistas aqui presentes, a ideia deste requerimento vem ao encontro do que a gestão do Ministro Manoel Dias tem sempre apregoado: primeiro, o respeito à instituição do Ministério do Trabalho e Emprego, que é um Ministério completamente afeito aos ideais do trabalhismo brasileiro e que tem uma importância histórica indubitável. Nos últimos meses, nos últimos anos, tem sido objeto tanto de esvaziamento quanto de campanha efetivamente muito forte, que faz com ele seja pautado apenas em manchetes negativas.

O Ministro Manoel Dias assumiu no final do mês de março, agora, a convite da Presidente Dilma. Pela sua história política, ele colocou como meta maior fazer com que o Ministério voltasse a ter a importância que já teve um dia.

Quero saudar o Deputado Fernando Francischini, companheiro Líder do Solidariedade.

A ideia de fazermos esse requerimento, aproveitando também a presença do Deputado Francischini, que aprovou um requerimento do mesmo teor na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, é propiciar a vinda do Ministro aqui para



esclarecer os recentes episódios — que culminaram em duas operações da Polícia Federal, operações essas extremamente bem-vindas —, para que nós efetivamente deixássemos muito claro e colocássemos completamente fora de rota alguns esquemas que, porventura, viessem a acontecer não apenas no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, mas de qualquer outra instituição, tanto na esfera federal, em outros Ministérios, quanto em Governos Estaduais que conveniassem e se utilizassem de entidades suspeitas para fazer algumas ações e, porventura algumas dessas ações estarem completamente envolvidas de irregularidades.

Portanto, a ideia de chamarmos aqui o Ministro Manoel Dias — mais uma vez agradecendo a ele por ter recebido esse convite e ter-se colocado à disposição para vir ao Parlamento — foi para que ele pudesse esclarecer as ações que foram praticadas. Assim, poderemos realmente coibir essas atitudes antirrepublicanas — algumas delas criminosas — e penalizar esses eventuais infratores. A vinda do Ministro também foi para mostrar as ações que vêm sendo feitas, para que nós possamos ter, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, aquela instituição de décadas de extremo trabalho em favor do trabalhador brasileiro, em favor de um Brasil mais desenvolvido, de um Brasil que gera emprego a cada ano que passa, mas gera emprego sem que ele seja precarizado.

Sabemos que, pela figura e pela importância política do Ministro Manoel Dias desde a sua época de juventude. Lembro bem, nos documentários que vi, ele ainda na Juventude Trabalhista, ao lado de Leonel Brizola. Ele sabe a responsabilidade que tem à frente desse Ministério e o dever que tem.

Por conhecê-lo há bastante tempo, sei que ele não vai economizar esforços no sentido de deixar transparentes todas as ações que vem tomando, no sentido de coibir os malfeitos, de entregar às instituições responsáveis — no caso a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União — tudo o que vem apurando, bem como de construir essa gestão positiva, com políticas afirmativas, para que o Ministério do Trabalho e Emprego volte a ter essa ação de protagonista do desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Muito obrigado, Deputado André Figueiredo.



Concedo a palavra ao também autor do requerimento, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., o nosso convidado, Ministro Manoel Dias, o Líder André Figueiredo e nossos colegas que estão presentes.

Vim mais para ouvir. Eu acho que nós temos de dar ao Ministro Manoel Dias esta oportunidade, depois de duas operações da Polícia Federal que desmantelaram esquemas de corrupção e de desvios de dinheiro. Não há indicação direta do Ministro, mas ele está à frente da Pasta.

Eu apresentei a convocação do Ministro, e nós a transformamos, por acordo inclusive com o Deputado André, por consenso, em convite, pela história do Ministro no movimento trabalhista. A gente reconhece isso, mas é importante para a sociedade brasileira.

O Ministro estava novo na Pasta, e ninguém vem irresponsavelmente acusá-lo de ter montado um esquema, mas eram esquemas que existiam. E o próprio Ministro — acho que é importante — nas colocações em uma das entrevistas, talvez logo no calor dos fatos, disse que existiam pessoas dentro do Congresso Nacional e na política nacional que deveriam ficar com as barbas de molho, porque a auditoria que ele realizaria iria de gregos a troianos, ou de Chico a Francisco.

Pela minha origem de delegado da Polícia Federal, eu fico feliz com a posição do Ministro. E hoje eu venho para ouvir quem são as pessoas do Congresso Nacional e da política nacional que fizeram malfeitos no Ministério do Trabalho e Emprego e que nós vamos poder, ao final dessa auditoria, encaminhar ao Procurador-Geral da República, pedindo cassação de mandatos, devolução de dinheiro aos cofres públicos, independente de serem presidentes de partidos, independente de serem Parlamentares. Tenho certeza de que, pela história do Ministro Manoel Dias e do próprio PDT, o Ministro vai tomar a frente, porque ele estava há poucos dias na Pasta, e vai poder trazer essas informações.

Então, eu me coloco para ouvir o Ministro Manoel Dias. Nós temos reunião de Líderes para decidir a pauta de hoje à noite e de amanhã, mas nós estamos aqui com toda a boa vontade, Ministro, para ouvir as explicações de V.Exa., que comandava a Pasta, mas, principalmente, para saber quais as ações efetivas que o



Ministério do Trabalho está fazendo junto com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal, para que casos como este não sejam recorrentes. Nos últimos anos, infelizmente, isso vem acontecendo repetidamente nos Ministérios. Então queremos saber quais são as medidas, para que não se repitam esses malfeitos que temos acompanhado.

Seria isso, Sr. Presidente, inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Obrigado, Deputado Francischini. O Chico e o Francisco a que V.Exa. se referiu não é esse aí, não! (Riso.)

Ministro Manoel Dias, V.Exa. tem a palavra pelo tempo necessário, para as suas explicações.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu queria, inicialmente, saudar o nosso Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado Roberto Santiago; saudar o Deputado Líder do meu partido na Câmara, André Figueiredo; o Deputado Fernando Francischini, que é coautor do requerimento e Líder do Solidariedade na Câmara Federal, e o Deputado Chico Lopes, que nos honra também com sua presença.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Também é nosso amigo, então.

Quero saudar todos quantos estão acompanhando esta reunião; saudar os companheiros que estão aqui também emprestando a sua solidariedade; os meus assessores — eu os trouxe porque, às vezes, a gente tem que contar com informações suplementares para informar melhor o Congresso. E quero saudar o meu conterrâneo, Deputado Edinho Bez. Fomos militantes há muitos anos na política de Santa Catarina e de cidades próximas. Criciúma é maior do que Tubarão, esta é a única diferença.

Quero saudar as senhoras e os senhores, o pessoal da imprensa, fotógrafos e cinegrafistas e dizer da minha honra de poder participar — talvez não num momento bom — de um evento do Congresso Nacional, da Câmara Federal.

Eu reputo esta Casa como o principal instrumento da democracia brasileira. Aqui o povo está representado, e, por mais críticas que se façam a nós políticos, aqui temos realmente a representação popular. Ninguém veio aqui só porque quis.



Se está aqui é porque teve o aval popular, com o voto livre, com o voto democrático para poder responder, na Câmara, pela construção de um país mais rico, mais justo e mais solidário.

E quero dizer da minha tarefa de vir aqui. Eu vou procurar ser sucinto, mas como o Deputado Fernando Francischini já falou da minha entrevista, eu então gostaria de eliminar essa questão.

Os senhores estão lembrados de que houve uma avalanche de informações, manchetes nos jornais, nas quais eu era, senão acusado, mas chamado à atenção, como Ministro de Estado, na medida em que operações estavam sendo realizadas em função de fatos ocorridos no Ministério do Trabalho.

Eu fiquei arrasado com isso. Estou chegando há pouco tempo, estou há 6 meses no Ministério, e aquilo me causou um impacto, depois de 65 anos fazendo política, procurando construir um patrimônio político baseado nos exemplos dos nossos maiores líderes, Darcy Ribeiro, João Goulart, Brizola, Getúlio, que foram pessoas que, por mais defeitos que possuíssem, amaram o Brasil, deram a sua contribuição na construção de um país melhor.

Então, eu, surpreendido com aquela avalanche toda, fui entrevistado. E confesso que eu estava realmente emocionalmente transtornado com aquele fato, na medida em que a nossa família também é atingida, nossos filhos. Eu jamais imaginaria que isso pudesse acontecer na minha vida. Se eu tivesse o mínimo preparo para receber esse tipo de informação, não teria a minha reação o porte que teve.

E, na entrevista, eu não me referi ao Congresso, a ninguém da Câmara nem do Senado. A rigor, eu não li mais aquilo, não sei exatamente mais do que está aqui, mas eu me referi, quando eu falei em nomes, exatamente ao nome do Senador Jorge Bornhausen, que é meu amigo; aos nomes do Senador Aécio Neves e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. São as três referências que fiz. Não fiz referência a ninguém do Congresso, até porque eu tenho pelo Congresso também todo respeito, como tenho a essas pessoas. Ato contínuo, eu telefonei para essas pessoas. Eu falei com o Senador Jorge Bornhausen, pedi desculpas, porque não era minha intenção. A referência que eu fazia era a de que nós iríamos fazer uma análise das 1.400 prestações de contas que estão lá estocadas e que passariam por



várias gestões. Não faz parte da minha índole esse tipo de cobrança ou de revanche. Falei com o Senador Jorge Bornhausen, pedi desculpas a ele. Falei com o Senador Aécio Neves, pedi desculpas a ele; depois ele me pediu que lhe mandasse *um e-mail*, eu mandei. Telefonei umas três vezes para o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e, a uns três sábados passados, ele retornava da Europa e lá pelas 2 horas da tarde me telefonou, dando retorno aos telefonemas que eu tinha feito a ele — um gesto que só os grandes têm — e disse a mim: “*Manoel, não te preocipes com isso; tudo isso é café pequeno. Quanto a mim, eu entendo dessas coisas*”. Então, foram as três personalidades. E também recebi uma nota pedindo explicações da Comissão de Ética com relação à declaração que eu fiz dizendo que eu tinha conhecimento, ou coisa parecida. Já respondi à Comissão de Ética, no prazo legal, e estou aguardando a decisão da Comissão de Ética.

Então, com relação à entrevista, acho que foi isso. Não teve nenhuma intenção, foi dentro de um momento de emoção e de sofrimento que eu estava vivendo, que me abalou violentamente.

Com relação às duas operações que foram feitas pela Polícia Federal, também quero ressalvar que não foi em nenhum período meu, até porque nem houve tempo para que essas ações pudessem ser efetivadas, esses convênios.

Com relação Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador — CIAT, nós tínhamos dois convênios com esse CIAT, um em São Paulo, junto à MITRA de São Paulo, e outro junto à MITRA do Rio de Janeiro. Esse convênio com o CIAT já vinha se desenvolvendo há muitos anos. Inicialmente, foram convênios com o Banco do Brasil, e depois, a pedido de importantes lideranças, eles foram firmados também com o Ministério do Trabalho. Eles estavam ultimamente prestando serviço de intermediação, não era de qualificação; era só intermediação, ultimamente. E o que havia sido contratado em São Paulo, até 31 de dezembro de 2008, era algo em torno R\$37.719.048,00, cuja vigência ia até agora, novembro de 2013; e no CIAT do Rio de Janeiro, 9 milhões, e já terminou. Este já concluiu, e nós já cancelamos, não renovamos mais esses convênios.

O inquérito tramita na Polícia Federal, e na Justiça e ele tramita em segredo de justiça. As informações que nós temos são as informações decorrentes do que nós temos lido, porque a Polícia Federal buscou, levou os documentos, tanto os de



São Paulo quanto os do Ministério do Trabalho, e deve estar fazendo a instrução do inquérito.

A segunda operação, chamada Operação Esopo, ocorreu em cima de denúncias de não cumprimento de convênios da entidade IMDC, Instituto Mundial do Desenvolvimento e da Cidadania, que tem sede em Minas Gerais, com o Ministério do Trabalho e Emprego. Diretamente não tem nenhum convênio. O último convênio que essa entidade teve com o Ministério do Trabalho encerrou-se em 2011, era um convênio em torno de 6 milhões de reais. Foram liberados 3 milhões, e os demais valores não foram liberados, porque caiu em pesquisa e não foi feita a liberação. Então, hoje nós não temos nenhum convênio direto com o IMDC. Os convênios pelos quais o IMDC foi investigado eram decorrentes de convênios que o Ministério do Trabalho realiza com os Estados e com os Municípios. Os Municípios e os Estados realizam os convênios, fazem a licitação e assinam os convênios, que são operados pelos Estados e Municípios.

Cabe ao Ministério do Trabalho fiscalizar. É função nossa fiscalizar, acompanhar a execução desses convênios. E é sabido que o Ministério do Trabalho tem uma deficiência de quadros nessa área. Nós estamos hoje com déficit de 2.400 funcionários. Então, isso dificulta, pelo volume, pelo número de convênios, que ele tenha essa capacidade. E não foram desenvolvidos também outros programas de controle mais aperfeiçoados, razão pela qual nós tomamos outras medidas que depois eu vou aqui expor.

Então, sobre esses convênios que também são objetos dessa operação, as informações que temos também ainda são precárias, na medida em que tramitam em segredo de justiça, lá em Minas. E os processos estão hoje em poder da Polícia Federal, para instruir o inquérito.

Os convênios com outros órgãos públicos, Estados e Municípios em que o Instituto Mundial do Desenvolvimento e da Cidadania — IMDC figura como entidade executora totalizavam 109 milhões, 955 mil reais; foram repassados 68 milhões de reais e não liberados ainda 40 milhões e 800 mil reais. Então, figura aqui como executor direto de 71 milhões de reais o IMDC, se você levar em conta aqueles 3 milhões de reais que foram liberados em 2011 pelo Ministério do Trabalho.



Em razão disso, nós já vínhamos, no Ministério do Trabalho, resistindo a usar esse modelo de convênios que vinha sendo há alguns anos desenvolvido. Esses convênios com entidades, Municípios e Estados, por mais que eles fossem bem realizados, na medida em que é um volume enorme — mil e poucos, 2 mil convênios assinados —, se alguns deles não respondessem corretamente, se fossem malfeitos, a repercussão recairia sobretudo sobre o Ministério e sobre os outros convênios também. Então, nós não tínhamos assinado ainda nenhum convênio, nem pelo PROJOVEM nem pelo Ministério, a não ser pelo Economia Solidária, que tem outra função. Em função do que ocorreu, nós cancelamos todos os convênios, não assinamos mais nenhum convênio com relação a entidades, Governo Estaduais e Governos Municipais.

No caso do CIAT, nós suspendemos o convênio, suspendemos a transferência de recursos e abrimos o devido inquérito para averiguar. Eles têm que prestar contas e nós vamos seguir o processo regular que tem que ser tomado para prestação de contas, para responder às denúncias que houve. Não havendo, devidamente a conta sendo prestada, nós tomaremos as medidas que devam ser tomadas para buscar recuperar esses recursos que foram transferidos para o CIAT.

Nós tomamos medidas também com relação aos funcionários que foram denunciados. Aqueles que ocupavam cargos de confiança foram exonerados. Quanto àqueles que são funcionários efetivos, abrimos processo regular, e eles vão se submeter à legislação. A mesma coisa com relação à entidade de Minas Gerais, o IMDC. Quanto a esse, nós oficiamos aos Estados e Municípios no sentido de que devam cancelar os convênios, porque eles é que firmaram o convênio, e cancelamos toda transferência e repasse de recursos para essa entidade.

Para evitar futuros problemas, nós resolvemos cancelar todos os convênios nos moldes que são realizados, porque eles realmente não são hoje a forma mais transparente de se fazer isso. O convênio traz muitas exigências que dificultam exatamente esse controle e essa fiscalização. Então, resolvemos suspendê-los e cancelá-los. Nós não vamos mais realizar nenhum convênio com nenhuma entidade, nem pública nem privada, obedecendo a esse modelo de convênios.

Nós tomamos algumas medidas que já comunicamos, já foi publicado pela imprensa, já distribuímos para a imprensa: processo administrativo, disciplinar,



suspensão dos repasses financeiros pelo prazo de 30 dias para todos os convênios que estão em andamento, para que todos eles sofressem uma fiscalização, a fim de que fosse constatado que a operação que eles estão fazendo é correta, se estão obedecendo às normas estabelecidas pelo convênio. Provado isso, nós continuaremos até o final desses convênios, para não prejudicar aqueles que estão lá realizando os seus convênios.

Aqueles que tiverem problema na execução nós vamos suspendê-los, estabelecer um prazo, de acordo com a lei, para que eles expliquem, eles informem, eles prestem contas. Resolvida essa questão, nós concluímos esses convênios. Encerrados esses convênios, não serão mais renovados.

Nós cancelamos todos os convênios que não foram iniciados. Aqueles que haviam sido firmados mas ainda, por alguma razão, não haviam sido iniciados, nós suspendemos e cancelamos.

Depois de uma conversa com a Presidenta Dilma — em que ela pediu aos demais Ministérios que nos ajudassem, diante da precarização de quadros —, nós instituímos uma força-tarefa, através da qual nós pudéssemos preparar um grupo que fosse analisar todas as prestações de contas desde 1994, que somam mais de 1.400 prestações de contas que estão lá, nesse estoque. Nós já recebemos, por indicação da Caixa Econômica Federal, oito técnicos; já convocamos 10 servidores das nossas Superintendências Estaduais e estamos aguardando ainda a indicação de mais um número, que não sabemos quanto, do Ministério do Planejamento. Nós visitamos também a CGU e o Tribunal de Contas da União. E a CGU já está oferecendo cursos, preparando esses técnicos para criar uma unidade, uma fórmula única de análise dessas contas. E o Tribunal de Contas nos pediu que usássemos um novo processo que aquele Tribunal está instituindo como modelo para análise das contas com o maior número possível de Ministérios, porque eles entendem ser a melhor forma de você detectar e aprovar, da maneira mais correta, essas contas.

O Tribunal de Contas da União já ministrou cursos para 30 funcionários do Ministério do Trabalho, que terão como tarefa também auxiliar nessas prestações de contas.

Em decorrência dessas ações, a Presidente determinou que nós fôssemos atendidos pelo Ministério do Planejamento — o que foi feito por aquele órgão, que já



autorizou a abertura de concurso para servidores do Ministério do Trabalho — e que este disponibilizasse computadores para que nós instalássemos lá onde esse pessoal técnico vai trabalhar nessa força-tarefa. Assim, 459 novos servidores farão esse concurso, sendo 40 economistas, para atuar nessa questão de prestação de contas.

Nós solicitamos também à CGU que nos enviasse a relação das entidades que ela acreditava haver mais urgência na análise das contas. A CGU já nos enviou. São em número de 28 entidades, das quais sete ou oito já haviam sido inscritas como inaptas para realizar convênios com o Ministério.

Nós oficiamos também um aviso ao Tribunal de Contas da União, respondendo a demandas que ele vinha nos solicitando há algum tempo. E pedimos a colaboração do Tribunal de Contas da União, como também à CGU. Nós enviamos uma nota pedindo que ela nos ajudasse nessa análise dos convênios que nós estamos fazendo em todo o País, para que ela pudesse, no âmbito do Estado, nos ajudar e nos auxiliar.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram essas as medidas que tomamos com relação às duas operações. Eu assumi o Ministério e, evidentemente, eu não tenho nenhum interesse em não fazer com que as coisas fiquem todas bem claras. Uma das primeiras medidas que tomei quando cheguei ao Ministério foi solicitar que nós fizéssemos a transparência total. Eu acho que a melhor maneira de você combater a corrupção, os malfeitos ou qualquer outra irregularidade é a transparência total, porque na medida em que você tem a transparência total, você permite a todos, e mais especificamente à própria população, que, na dúvida, busque informações, peça informações, exija informações. Então, nós estamos lá fazendo uma série de ações que vão fazer com que o Ministério do Trabalho tenha transparência total.

Eu não sei se fiquei ainda com alguma pendência com relação a essas duas operações que foram feitas. Nós estamos agora aguardando que, instruído o processo, com a ida para o Ministério Público, a gente possa também tomar melhor conhecimento das informações decorrentes dessas ações, para saber que outras medidas poderemos tomar.



Agora, nós estamos preocupados com a recuperação do prestígio do Ministério. Eu sou trabalhista, a minha história foi toda construída nesse sentido, sonhei com tantas coisas. A minha geração sonhou com a revolução; perdemos, fomos para a cadeia, mas hoje continuamos sonhando. Agora a nossa revolução é pelo conhecimento, pela educação, pela transformação, através de um processo democrático onde todos possam igualmente defender, com liberdade, com democracia. Então, o prestígio do Ministério do Trabalho tem tudo a ver com a gente, repito, tem tudo a ver com a gente, porque ele foi criado por Vargas, em 1930, e ele veio, nesses anos todos, desempenhando um papel fundamental, até chegarmos hoje a um País que cresce, gera empregos, um País que realmente consegue responder, em parte, as demandas da população.

E eu reputo o Ministério como o principal Ministério do Governo, porque é por ali que passam as reivindicações, tanto de empregadores quanto de empregados; ali é que se deve fazer o grande debate nacional; ali é que se devem empreender as grandes lutas no campo das ideias, a fim de que possamos aperfeiçoar permanente e constantemente a nossa legislação, adequar a nossa CLT, diante dos avanços tecnológicos a que nós estamos assistindo permanentemente.

Então, a recuperação do Ministério para mim se transformou — já era e mais ainda agora — numa obsessão. Eu vou fazer de tudo para que isso aconteça. E, para isso, tem-se que tomar medidas, tem de haver ações. E essas ações começam, primeiro, tendo que se tomar as medidas necessárias a fim de que não pairem mais dúvidas.

Outra medida importante, porque o Ministério do Trabalho tem dois pontos que são cruciais: os convênios e o registro sindical. Nós recebemos permanentemente queixas e denúncias de que o registro sindical tem sido objeto de favor pra cá e pra lá. Todas as denúncias, nós mandamos apurar. Nós temos uma parceria com a Polícia Federal, inclusive no sentido de buscar sempre alcançar essas informações corretas, mas ela é constantemente objeto dessa tensão. Então, uma determinação que também tomamos foi zerar o estoque de pedido de registros sindicais. Está aqui o nosso Diretor de Relações do Trabalho, de quem nós temos cobrado muito, e que tem respondido.



E quero fazer aqui uma ressalva. Embora o nosso corpo funcional seja muito pequeno, muito aquém de nossas necessidades... Nós temos uma demanda, por exemplo, na área de auditores fiscais. Precisaríamos ter o dobro de auditores fiscais. E o auditor fiscal é uma peça fundamental no exercício das funções do Ministério. Ele não só realiza a ação fiscal, mas orienta. Ele é uma peça indispensável na execução das tarefas do Ministério. Mas nós temos um quadro muito reduzido, e o pior é o modelo de cargos e salários da Esplanada. Está muito aquém do que deveria ser.

Essa é uma luta que também estamos empreendendo no sentido de se corrigir essa deficiência e se pagar o que justamente devem merecer os funcionários como os do Ministério do Trabalho. Mas, embora pequeno esse quadro, a qualidade dos nossos técnicos é excepcional. Se vocês pegarem os números de realizações, de respostas, de ações fiscais e de atendimento às demandas tanto de empresários quanto de trabalhadores, vão ver que precisaria do triplo do número desses servidores no Ministério.

Eu queria fazer aqui esta ressalva, elogiar esses servidores. Eles têm muita dedicação e passam por constrangimento. Quando é feita uma denúncia dessa, constrange os servidores. Parece que generaliza a culpa, generaliza a responsabilidade. É um dado a que eu queria fazer referência, antes que me esquecesse lá na frente, para ressaltar a qualidade e a dedicação desses servidores do Ministério do Trabalho.

Mas, como estava dizendo, nós vamos também zerar o pedido de registro sindical. Já acertamos com a Secretaria de Relações do Trabalho para fazer até o fim do ano. Eles acham que seria prometer. Mas, na pior das hipóteses, até o mês de abril, nós teremos zerado todos os pedidos de registro sindical.

Nós temos hoje 2.570 registros. Desde que cheguei, nós estamos fazendo esse mutirão. Já fizemos 1.560 nesse período que eu estou lá. Na medida em que nós realizarmos essa tarefa e não realizarmos mais esse tipo de convênio, nós vamos ter tempo para nos dedicarmos às políticas públicas do trabalho que o Ministério tem que exercer. Vamos então resgatar para o Ministério do Trabalho o protagonismo que ele deve ter e que foi perdendo paulatinamente. É por ali que trabalhadores e empregadores têm que fazer o debate, e é ali que tem ser o grande



palco de um grande debate nacional para que tudo possa avançar e se possam modernizar as relações de trabalho. Enfim, vamos ter tempo para nos dedicar a essa tarefa que é fundamental no Ministério do Trabalho.

Eu não vou ficar aqui falando demais das tarefas e das realizações do Ministério do Trabalho, mas ele tem algumas. A CLT foi e hoje ainda é o marco regulatório da relação de trabalho no Brasil. Ela é muito criticada, muito discutida, mas eu acho que tem prestado um relevante serviço ao Brasil. Claro que ela tem quer ser adaptada. Nós estamos discutindo a questão da terceirização. Temos discutido outras ações importantes, que são decorrentes, que vieram junto com as novas tecnologias e que têm que se adequar a essa nova realidade. Mas no sistema e no método usado pelo Ministério do Trabalho, como as comissões tripartites, com representação de Governo, patrões e empregados, a gente tem avançado muito, não só avançado, como mudado a cultura de que a luta de classe não se empreende como se empreendia há alguns anos. Hoje ela tem que ser feita no base do diálogo, da busca de entendimento, da busca da mudança dessa cultura. Um exemplo disso é o diálogo nacional.

Hoje nós temos um convênio, um acordo com a indústria civil pesada em que, pelo tamanho das grandes obras realizadas, torna-se difícil a ação do sindicato no chão de fábrica. Então, no entendimento nacional entre as partes, foram constituídas comissões de fábrica. Os trabalhadores elegem, no chão da fábrica, uma comissão que vai representá-los junto à direção da empresa e negociam lá, juntos, ao mesmo tempo. Isso muda, traz a cultura de que é possível tanto empregados quanto trabalhadores dialogarem, acertarem, negociarem e buscarem a solução.

Então, nós vamos ter condições de fazer isso. Para isso também companheiros — companheiros, não, Deputados e senhores e senhoras. Não deixam ser companheiros de uma tarefa que é a de construir um Brasil maior e melhor. Nós tivemos também nesse percurso, em 90, a criação do Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia é um instrumento importante e hoje tem um papel muito presente na vida dos trabalhadores. Nós temos aqui, inclusive, os valores. Uma correção: o Fundo de Garantia foi criado em 1966, em substituição à Lei da Estabilidade dos Trabalhadores. Ele foi constituído por um conselho tripartite — empregadores, empregados e Governo —, e tem hoje um patrimônio de 347 bilhões,



dos quais, 171 bilhões estão aplicados em financiamento de habitação, saneamento e infraestrutura, e 24 bilhões investidos no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia, em infraestrutura, transporte e outras obras. E havíamos criado também anteriormente o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que também tem uma representação e uma direção tripartite: seis representantes do Governo, seis dos trabalhadores e seis dos empregadores. Ele estabelece as políticas que são desenvolvidas pelo Fundo de Garantia.

O patrimônio do FAT hoje é de 213 bilhões. Desse montante, 151 bilhões estão depositados nas contas dos trabalhadores, que podem resgatá-lo na medida em que são dispensados sem justa causa, por ocasião da aposentadoria e por outras razões legais; 28 bilhões se encontram aplicados em depósitos especiais no BNDES e 32 bilhões aplicados em títulos públicos.

Nós temos ainda no Ministério do Trabalho outra Secretaria, que foi criada mais recentemente. É a Secretaria da Economia Solidária, surgida junto com as políticas públicas do Governo Lula e que objetivava fazer políticas de inserção social, de resgate de setores importantes da sociedade, para que fizessem parte e tivessem direito à cidadania. Essa Secretaria tem por finalidade desenvolver ações no setor mais excluído da população, na construção de redes, na realização de convênios no sentido da organização dessas entidades — a mais famosa delas é a dos catadores de lixo de São Paulo, que serviu inclusive de modelo —, e desenvolve ações importantes; tem contribuído de maneira decisiva para a inserção de setores importantes da sociedade brasileira no resgate que está sendo realizado. Os números de pessoas já atingidas são expressivos.

Todos esses números a que estamos aqui nos referindo e que não tornamos públicos, vamos disponibilizar no *site* do Ministério. Então, qualquer informação extra ou que aqui nós não pudemos transmitir será disponibilizada no *site* do Ministério do Trabalho.

Quanto à política de migração, os senhores sabem que cabe ao Ministério do Trabalho aprovar e autorizar o ingresso de trabalhadores estrangeiros no Brasil, sem prejuízo do trabalhador brasileiro. Havia lá um processo muito arcaico de concessão desse benefício. E nós, por intermédio do conselho que dirige esse departamento,



instituímos um modelo que simplificou enormemente a ação em relação aos pedidos enviados ao País nessa área.

E eu quero também aqui fazer uma referência. Nesses quase 6 meses na direção do Ministério do Trabalho, tive oportunidade de participar de duas importantes reuniões internacionais. Uma delas foi a reunião da OIT, em Genebra, que eu refuto como a mais importante organização do trabalho do mundo, porque consegue reunir trabalhadores e empregadores e consegue aprovar medidas, resoluções e ações que são respeitadas e acatadas no mundo inteiro. Ela empreende uma ação muito positiva no sentido de atender tanto os interesses dos países quanto das partes interessadas. Eu também participei da reunião dos Ministros de Trabalho e da reunião dos Ministros de Trabalho com os Ministros de Finanças do G-20, em Moscou. Era uma grande reivindicação dos Ministros de Trabalho reunir-se com os Ministros de Finanças para buscar uma maneira de que, na elaboração e nas decisões das políticas econômicas e fiscais dos governos, os Ministérios do Trabalho dos países também fossem ouvidos, na medida em que essas medidas têm reflexos, às vezes, tanto na vida de empregadores quanto de trabalhadores. E, nessas duas conferências, uma coisa nos encheu de orgulho. Nós sabemos todos que há uma crise mundial e, como hoje tudo é globalizado, a crise também é globalizada. E nós, apesar de tudo, não temos sido totalmente influenciados por essa crise e temos mantido, especialmente no setor da geração de emprego, uma média que tem respondido às demandas e às necessidades do País. Ainda no mês de setembro, conseguimos gerar 211 mil novos empregos com carteira assinada. E mais importante do que a geração desses novos empregos é o aumento real do salário que se tem verificado constantemente, além dos números, que todos os senhores conhecem e que, por isso mesmo, não preciso repetir, da inserção de milhões de brasileiros tanto da classe média quanto dos retirados da situação de miséria extrema. Com essas políticas, temos dado um bom exemplo ao mundo.

Hoje de manhã realizamos uma conferência com a OCDE, a organização que cuida das pesquisas com relação ao trabalho na Europa, e eles mesmos são unânimis em reconhecer que o modelo que nós adotamos tem sido muito útil, especialmente no que diz respeito à geração de emprego.



E nós realizamos, há cerca de 15 dias, a III Conferência Global do Combate ao Trabalho Infantil. Compareceram a essa conferência 154 países, 40 Ministros do Trabalho. E também nessa conferência foram unânimes em dizer que o Brasil hoje, no combate ao trabalho infantil, no combate ao trabalho escravo e na busca do trabalho decente, tem sido um modelo, tem sido de vanguarda nessas ações. O número de participantes foi o dobro do que houve no evento anteriormente realizado — a futura conferência será realizada na Argentina, em 2017.

Outras ações que nós temos no Ministério, que eu não posso também deixar de mencionar aqui, são sobre a fiscalização. Nós estamos tomando algumas medidas que visam aperfeiçoar esse setor importante do Ministério do Trabalho, no sentido de adotar medidas na área de TI, a fim de que nós possamos implantar, num prazo não muito distante, a fiscalização eletrônica, que vai ser de grande valia para todo mundo, para o Ministério do Trabalho, para os trabalhadores e para os empregadores. Antes de fazer a ação fiscal, nós vamos advertir, chamar atenção, mostrar que a empresa tem de demandar em certas áreas a fim de não ser surpreendida com a fiscalização.

Outro aspecto importante do que estamos fazendo é a Agenda Nacional do Trabalho Decente. Nós já atingimos um nível de emprego satisfatório. Mas temos de avançar na qualidade do emprego, fazer com que seja um emprego decente e obedeça a critérios minimamente respeitáveis na ação do empregador e do trabalhador.

Nós realizamos a Primeira Conferência Nacional do Trabalho Decente. Presidimos ainda, há cerca de 15 dias, o conselho criado em decorrência dessa conferência, e fixamos um plano de trabalho — já em curso —, constante da realização de cinco seminários regionais. Lançamos o programa em Brasília, realizamos o primeiro em Curitiba e vamos realizar o segundo no próximo dia 5, em São Paulo. Queremos discutir, nessas conferências regionais, em consonância com os Secretários Estaduais do Trabalho, a criação do Sistema Único do Emprego e Trabalho Decente, a fim de podermos implantar também no âmbito do Ministério do Trabalho o que já foi aplicado na saúde e na assistência social.

Mais importante do que isso tudo, nós também, antes de avançarmos, criamos uma comissão ministerial, em decorrência de um decreto da Presidenta da



República, que vai cuidar do trabalho decente na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. Nós vamos trabalhar em conjunto com esses Ministérios para divulgar o trabalho decente e contribuir junto aos órgãos promotores da Copa no sentido de juntos construirmos essa política.

Estamos criando também um novo portal, capaz de responder às demandas do Ministério. E estamos criando também um observatório, que ainda não temos e que é fundamental para integrarmos todo o Governo, todos os Ministérios, todos os órgãos, para fazermos uma interação nesse debate e facilitarmos, com isso, o acesso de todos às informações. E estamos criando uma universidade, uma escola do trabalhador para podermos oferecer cursos de qualificação aos que precisam, através do sistema de educação a distância, e cursos no sentido de informar, de preparar, de qualificar e de capacitar empregadores e trabalhadores.

Mas uma coisa que é urgente para o Ministério é a sua modernização. O Ministério do Trabalho tem um modelo que foi construído há alguns anos e ele está muito precarizado. Nós temos de adotar tecnologias de ponta e ações, temos de fazer com que o Ministério seja ágil, moderno, capaz de responder a todas essas demandas que nós aqui colocamos. No Ministério há uma Comissão que está discutindo, há algum tempo, uma proposta de modernização da Pasta, por autorização da Presidenta Dilma. E, na medida em que não vamos aumentar as despesas, ela será realizada por decreto da Presidenta, não precisando da aprovação de uma lei. E vamos, com isso, criar uma ação que realmente nos permita, como disse no início, praticar as políticas públicas que nós temos de adotar no sentido de buscar o atendimento às demandas.

E, para encerrar, uma coisa em que eu tenho sido muito cobrado: *“Está bom, vocês não vão mais fazer convênios como vinham fazendo. Então, vão acabar com os programas do Ministério?”* Nós não vamos acabar com nenhum programa do Ministério, até porque são da natureza do Ministério do trabalho a qualificação profissional, as políticas públicas para a juventude. Nós vamos é aperfeiçoar tudo isso.

Nós devemos assinar, na segunda semana do mês de novembro, num grande ato, em São Paulo, inclusive com a presença da Presidenta, um convênio com o Ministério da Educação para que nós e o Ministério da Educação, por meio do



PRONATEC, recuperemos para o Ministério a função de cuidar da demanda e da intermediação, a fim de podermos não só não acabar com os programas, mas ampliá-los por meio do PRONATEC Trabalhador, do PRONATEC Jovem, e estimular e dar maior ênfase ao aprendiz.

E devemos também firmar, no decorrer deste ano, um convênio com o Estado do Ceará para a implantação de um novo programa, o Aprendendo na Escola, pelo qual o estudante que estiver no último ano poderá fazer, paralelamente, um curso de qualificação. Isso para que os jovens, ao terminar o curso médio, tenham condições, capacitados que foram, de buscar emprego, para que, querendo ou não ir universidade, tenha uma ajuda para financiar o seu curso superior.

Então, mais ou menos, é isso, Srs. Presidentes. Havia muitas coisas mais que eu gostaria de expor, mas não quero me alongar e abusar da paciência dos senhores. Mas nós vamos disponibilizar as informações no nosso site, vamos estar à disposição para qualquer explicação. E digo de novo que a nossa meta fundamental é recuperar o prestígio do Ministério do Trabalho, devolver-lhe a importância e recuperar o protagonismo que ele sempre teve nas discussões, nos debates, na construção das políticas públicas de trabalho.

Com isso, nós queremos cumprir uma tarefa que me foi delegada pela Presidenta Dilma. E quero, no período em que lá estiver, ser merecedor dessa confiança e ser visto, tanto pelo Brasil, como pelos trabalhadores, como pelos empregadores, como um parceiro, um parceiro simples, modesto, que precisa muito da colaboração, da solidariedade e da parceria, especialmente. E o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, a Comissão do Trabalho, são parte integrante da nossa ação.

E nós queremos nos colocar inteiramente à disposição de V.Exas., que também têm a tarefa de cuidar disso, de fiscalizar, cobrar e estar sempre atentos para que os Ministérios, especialmente o nosso, cumpram suas funções e executem as tarefas que lhes cabe executar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Muito obrigado, Ministro.

Vamos passar a palavra ao Presidente Edinho Bez para suas considerações.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Inicialmente, quero agradecer ao Deputado Roberto Santiago, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com quem tivemos uma longa convivência nesta Comissão, e ao Ministro do Trabalho, Manoel Dias, que conheço muito bem, uma liderança política do nosso Estado de Santa Catarina e do País. É um homem que tem uma história fantástica. Já tive o privilégio de ouvir dele a sua brilhante história. Se tivéssemos de retroagir ao princípio, teríamos de começar lá com Leonel Brizola e tantos outros.

No momento em que nós aprovamos, na Comissão que tenho a honra de presidir, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Requerimento nº 512, de autoria do Deputado, atuante na Comissão, Fernando Francischini, do Paraná, imediatamente entramos em contato com o Ministério do Trabalho. E o próprio Ministro, por intermédio de sua assessoria, imediatamente colocou-se à disposição para vir a esta Casa, bastando, para tanto, combinar as agendas.

Nesse ínterim, tomei conhecimento de requerimento do Deputado André Figueiredo, meu amigo, para que o Ministro Manoel Dias viesse a esta Comissão de Trabalho. Tomamos as devidas providências para que não fossem realizadas duas audiências públicas sobre o mesmo assunto, o que seria injustificável — aqui também nós usamos muito o bom senso. E decidimos, com a aquiescência do Deputado Fernando Francischini, fazer esta audiência conjunta.

No mais, quero agradecer a disponibilidade do Ministro, que se colocou à disposição. Na nossa Comissão, meu caro Deputado Roberto Santiago, já na primeira reunião que tivemos neste ano, no dia 6 de março, nós, por sugestão deste Deputado, aprovamos, por acordo, para que virasse costume na Comissão, que nós não deveríamos convocar ninguém, e sim convidar. Em caso de o convidado rejeitar o convite ou não dar satisfação, transformaríamos então o convite em convocação.

Até aqui não tivemos convocação, apenas convites. De vez em quando surge o problema, mas buscamos o entendimento. O Deputado Fernando é atuante também conosco e sabe que até aqui não aprovamos convocação. Tivemos uma recentemente, mas parece que vai haver acordo. Significa que os convidados, as lideranças, as autoridades convidadas sempre nos deram atenção especial.



No mais, cumprimento o Presidente Roberto Santiago, com quem convivi muito tempo nesta Comissão, e agradeço aos Deputados, porque nós presidimos as Comissões, mas trabalhamos de forma integrada com os respectivos membros.

Alguém poderia dizer que o Deputado Edinho Bez é suspeito para falar sobre o Ministro, sobre a história do Ministro, por ser seu amigo. Mas, exatamente por ser amigo, conhece-se melhor a pessoa. É mais fácil do que falar de pessoas mais distantes. Fico muito à vontade. Conheço a história do Ministro e também estava aqui atento a suas palavras, embora duas ligações me tenham levado para fora da sala. E, pelo que entendi, já foram tomadas providências.

Portanto, parabenizo os Deputados André Figueiredo e Fernando Francischini pela iniciativa, porque nada melhor do que o Ministro vir aqui prestar esclarecimentos e tirar nossas duvidas.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Obrigado, Deputado Edinho Bez.

Confesso que o Ministro me deixou aliviado no final da sua manifestação. Quando foi dito que os convênios seriam cancelados, fiquei assustado. Se há uma medida realmente necessária ao trabalhador é a qualificação, para melhorar sua condição. E essa tem de vir por convênio ou sob a batuta do Ministério do Trabalho. Não tenho a menor dúvida disso. O Ministério do Trabalho tem de ser o agente facilitador, porque via Ministério da Educação, SESC, SENAC, há muita dificuldade. Quando se criou esse modelo, lá atrás, as pessoas ficaram um pouco assustadas. Em outros países há esse modelo. É preciso facilitar ao máximo para que o trabalhador seja atendido sem burocracia. Fiquei agora mais tranquilo, porque se falava em 400 milhões de reais. Fizeram um barulho em torno desse valor de 400 milhões de reais, mas me parece que para esse Instituto de Minas, se não me falha a memória, serão 71 milhões de reais. V.Exa. se referiu ao convênio, mas se o cara roubou, não roubou 70 milhões de reais. Senão não fez nada. Pode ter roubado 60 milhões de reais. Mas não são 400 milhões de reais. Isso tem de ficar claro. Então, está aqui: são 71 milhões 170 mil reais contratados e pagos. Sei que não alivia dizer que o roubo foi menor. Nada nisso. Isso precisa ser apurado. Conforme o Ministro. disse, a questão está correndo em segredo de justiça. Quando o inquérito vier ao



Ministério Público, vamos ter oportunidade de observar mais concretamente o que de fato está acontecendo.

Fiquei mais sossegado quando o Ministro disse que vai mudar o modelo, vão mudar os padrões, mas que esse tipo de qualificação continua sendo feito pelo Ministério. Tem que continuar mesmo, porque é importante para os trabalhadores. Se pegarmos o montante de recursos que foram gastos ao longo de décadas com esse projeto, veremos que, mesmo com as falcatrusas, normais em qualquer setor, foi compensador para o trabalhador e para o País, que precisa buscar um desenvolvimento de verdade, que quer crescer e apostar em sua sociedade. Este é um aspecto.

Outro aspecto que o Ministro mencionou refere-se ao número de pedidos de criação de sindicados: 1.540. Desses, quantos foram liberados?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Ah! Por que houve mais 2 mil?

Esse modelo também...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Vai zerar como? Vai zerar com mais 2 mil sindicatos no Brasil? Como é essa conversa?

Se tem uma situação que está mal resolvida no País e para a qual precisamos buscar solução é essa coisa de criar sindicatos. Isso é uma verdadeira esculhambação. O sujeito cria sindicato na praça. O sujeito cria sindicato no botequim. Quer dizer, não representa ninguém, não está qualificado para isso, não pertence à categoria. É uma verdadeira bagunça. Eu sei que o Ministério do trabalho não tem culpa nisso, a Constituição é muito clara, mas nós precisamos criar ferramentas. O Messias conhece isso muito bem, porque ele vem do movimento. Precisamos criar ferramentas para acabar com essa esculhambação. A nova portaria melhorou a questão, mas precisamos qualificar os sindicatos no País, até porque esse volume de sindicatos criado no Brasil não representa nada nem ninguém, fica por conta de buscar contribuição sindical. Eu não estou me referindo à maioria. Estou me referindo a essas coisas que são criadas na praça, no botequim, na praia. Não sei



se os senhores sabem disso, mas até sindicato na praia foi criado no Rio de Janeiro.

Eu fico mais tranquilo com a afirmação do Ministro. Eu acho que a explanação de S.Exa. também foi no sentido de clarear o que fez quando chegou ao Ministério.

Quero me solidarizar também com o Ministro por conta do que foi dito sobre S.Exa., que afeta o homem, que afeta a família. Alguns órgãos de imprensa têm que ter um pouco mais de responsabilidade. Independentemente de estar gerindo um Ministério, a pessoa tem uma vida, e essa vida não pode ser achincalhada sem uma apuração profunda, sem conhecimento de fatos que comprovem que essa pessoa está envolvida ou não em qualquer tipo de procedimento irregular.

Então, a exemplo do partido do Deputado Fernando Francischini, estou me solidarizando com o Ministro, que pode contar com o nosso apoio, porque percebemos, na sua explanação, boa vontade, conhecimento, porque tem sido um trabalhista ao longo de sua vida e também por demonstrar o desejo de ajudar a construir um Brasil melhor, passando pelos trabalhistas, que já contribuíram muito com o País e ainda têm muito a contribuir.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Srs. Presidentes, eu busquei uma matéria, Ministro Manoel Dias, de 2011. Esta aqui, por acaso, é do Portal Uol, mas está na *Folha*, no *Estadão*, no *O Globo*, no *Correio* —, são as denúncias, à época, contra o Ministro Carlos Lupi à frente do Ministério do Trabalho. E muitas denúncias são parecidas com esta, convênios com ONGs, denúncias que pairavam sobre o Ministério do Trabalho. E esta matéria fala: “*Para a Comissão de Ética da Presidência* — o Ministro acabou de prestar a sua informação —, *LUPI cometeu inquestionáveis e graves falhas, e recomendou a demissão.*”

Esse relatório, aprovado por unanimidade, diz que não se coaduna com os preceitos éticos estabelecidos pela alta administração federal a resposta que o Ministro Lupi, à época, deu ao Conselho de Ética, chegando a dizer que algumas renovações de ONGs e as acusações de recebimento de propina por assessores para resolver pendências de ONGs... Alguns eram por subordinados e a responsabilidade... O relatório da Comissão de Ética diz que a responsabilidade tinha que ser imputada a ele, porque ele é que estava à frente do Ministério.



Outro fator: o acórdão do Tribunal de Contas da União apontou uma situação crítica na prestação de contas das entidades que receberam recursos públicos do Ministério.

Veja, Ministro, passaram-se 2 anos da demissão do Ministro Lupi. Desde quando se iniciaram as denúncias contra ele, metade de um mandato de Presidente da República já se foi! Nós ouvimos o Ministro Carlos Lupi duas, três vezes aqui no Congresso, que foram aqueles 3 meses em que ele ficou na frigideira até o seu pedido de saída ou a sua demissão pela Presidenta Dilma.

Os programas são os mesmos. O Ministério do Esporte teve o problema do Segundo Tempo, convênio com ONGs. O PROJOVEM, à época. E agora alguns também são do PROJOVEM. À época, nós acompanhamos: o Ministro do Esporte, que saiu depois das denúncias, o Ministro Lupi, todos diziam a mesma coisa. Na nossa Comissão de Fiscalização, nas Comissões que se reuniram, eles disseram que não iam mais fazer convênios com ONGs, que os convênios só seriam feitos com entidades públicas, como Governos de Estados e Municípios, para facilitar a fiscalização, para o Tribunal de Contas da União ter mais efetividade na sua tarefa de fiscalizar. Consta que a CGU avisou o Ministério na maioria desses casos, chegou a alertar sobre a incompatibilidade dos serviços. Está em todas as matérias da época, e agora novamente, que a CGU alertou e que o Ministério, talvez pela burocracia, pela falta de funcionários, que já existia há 2 anos... Mas o que foi feito pelo Governo nesses 2 anos?

V.Exa. contou agora para todos nós que procurou a Presidenta da República e pediu concurso público no Ministério do Planejamento, uma força-tarefa. Mas nesses 2 anos ninguém fez nada! V.Exa. só está há 4 meses no Ministério, não posso culpá-lo pelo seu trabalho. Já se passaram 2 anos da demissão do Carlos Lupi, no entanto, continuaram os convênios, a CGU continua avisando, a CGU continua sem orçamento. Quando há cortes no Orçamento são para a CGU e a Polícia Federal. Mesmo assim ela avisa e nós vemos falta de estrutura nos órgãos de controle interno. E quem acaba respondendo por tudo é o Ministro. V.Exa. sabe, viu o que aconteceu aqui.

A primeira pergunta é: o que fez o Ministério do Trabalho, passados 2 anos da era Lupi? Não agora, só com a sua ação, que eu vejo bem tomada, suspendeu...



Nesses 2 anos, o que foi feito? Teve alguma ação, teve uma força-tarefa, o que aconteceu nesses 2 anos, metade de um mandato?

Não vou perguntar o que a imprensa já respondeu sobre o Ministro. V.Exa. falou que se tratava de uma grande liderança. Segundo as matérias, foi o Ministro Gilberto Carvalho que fez a indicação de uma das ONGs e, numa entrevista, Lupi disse que o Ministro Gilberto Carvalho levou uma das ONGs pela mão lá para dentro — foi quando saiu a entrevista aqui —, supostamente disse que o PDT não aceitava a saída do Ministério pela sua figura exemplar, não poderia perder um Ministério, que ia cair atirando. V.Exa. já respondeu, no momento em que mais um dos assessores era afastado, no primeiro momento da operação, que ia ser o responsável pela apuração. Depois veio um segundo momento. Queria que V.Exa. também nos desse essa explicação.

E na última vou aproveitar a presença do nosso Secretário da representação sindical. Eu queria que o senhor nos mandasse, se pudesse, por escrito uma resposta sobre essa questão, recorrente para todos nós, da montagem de sindicatos. Para mim chegou uma diferente, Ministro, e dela eu ainda não tinha ouvido falar. Eu a chamei de ressureição de sindicatos.

Ressurreição de sindicatos são sindicatos que estavam fechados e de novo surgiram na representação da base sindical. Talvez o Dr. Messias possa depois nos explicar. De acordo com a Central Sindical, a ressurreição poderia ou não ocorrer, e se ressurreição ocorresse, ele era mais antigo na base sindical, tiraria o último sindicato, que não estaria atrelado. Eu acho importante responder a isso, porque são perguntas que correm aqui no Congresso e V.Exa. já “mata na casca” o que pode vir nos próximos dias, talvez, de conversas nada republicanas sobre a base sindical.

Eu tenho certeza de que o Dr. Messias, aqui presente, pode reafirmar a lisura do Governo, já que apenas 200 sindicatos foram aprovados em 2, 3 mil pedidos.

Mas é importante que se responda a essas duas perguntas, Ministro. O que foi feito em 2 anos e o que tem sido feito nessa questão da base sindical para que não venha se transformar num balcão de negócios de sindicatos, já que é tão importante para o nosso País ter uma representação sindical quando o trabalhador mais precisa.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Vamos fazer as perguntas em bloco, Ministro. O Deputado Francischini fez três perguntas.

Vamos passar a palavra agora para o Deputado André Figueiredo. Apenas os dois estão inscritos para fazer perguntas.

Tem a palavra o Deputado André Figueiredo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Bem, Ministro, mais uma vez, agradeço pelo pronto atendimento aos convites da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da CTASP.

Quero saudar o Deputado Edinho Bez, pois ainda não tinha tido a oportunidade de fazer essa saudação.

Eu creio que as suas ponderações, Ministro, deixam claro a todos que acompanham as ações do Ministério do Trabalho. Nas últimas semanas, mais uma vez, praticamente todas as manchetes que pautam o Ministério do Trabalho são negativas. Sem tanto alarde, nós acompanhamos uma ação muito forte do Ministério do Trabalho no combate à fraude no seguro-desemprego, promovida por uma verdadeira máfia, que, infelizmente, ainda se alastrá, especialmente em alguns Estados do Nordeste. O Ministério do Trabalho e Emprego, de uma maneira muito enfática, juntamente com a Polícia Federal, mantém uma operação de combate sistemática. Essas fraudes fazem com que nós tenhamos cada vez mais recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador dilapidados. Nós sabemos também que o Ministério do Trabalho e Emprego tem tido uma atuação exemplar no combate ao trabalho análogo ao trabalho escravo e, em alguns momentos, na mediação.

E nós sabemos que a discussão sobre terceirização precisa vir à tona. Nós precisamos discutir, digamos, em que pontos poderemos terceirizar, em que grau se dará a responsabilidade subsidiária ou solidária.

E o Ministério do Trabalho tem tido essa importância histórica, e tem que voltar a ter essa importância histórica, no sentido de puxar para si as discussões afirmativas. E não existe ninguém que consiga ter tranquilidade para raciocinar e para desempenhar um bom trabalho se não tiver paz na própria casa.

Então, essa atitude do Governo Federal de fazer um concurso público... Lembro-me bem de que foi feito um concurso público, Deputado Fernando Francischini, no final da década passada, no Ministério do Trabalho, em que foram



aprovados mais de 2 mil servidores, até por conta de um TAC assinado com o Ministério Público do Trabalho obrigando-se a substituir todos os terceirizados. E o piloto era no MTE.

Sabe quantos servidores daquela época ficaram no Ministério? Menos de 10%, porque o plano de cargos, carreiras e salários do Trabalho e da Previdência Social — quando falo Trabalho e Previdência Social, excluo o INSS, que é uma carreira à parte — é o pior. O salário de um economista não chega a 2.500 reais. Não chega a 2.500 reais!

É aí que entra uma questão. Precisa ser discutido com o Ministério do Planejamento — e aí faço a ressalva para que o Ministro Manoel Dias, juntamente com a Ministra Miriam Belchior, possa rediscutir o plano de cargos, carreiras e salários, porque senão vamos gastar dinheiro para fazer um concurso público e, na primeira oportunidade, a pessoa que fez o concurso, 6 meses depois, vai para o Tesouro Nacional, vai para outro órgão onde, com certeza, o salário vai ser mais interessante.

Perde o Ministério, que perde o tempo de qualificação daquele servidor, perdem as ações do Ministério, porque aquele servidor estava sendo responsável por fazer auditoria e esse encargo será repassado para outro servidor, e tudo começará de novo. E volta-se a esse acúmulo de processos que acabam sem solução.

Então, eu faria este apelo, Ministro Manoel Dias. Eu acho que cabe a este Parlamento trazer para cá o âmbito da discussão com a Ministra Miriam Belchior de não ficarmos perdendo recursos humanos e financeiros porque as pessoas passam no concurso e pouco tempo depois saem, porque as carreiras são completamente díspares no âmbito da Esplanada dos Ministérios.

Então, é necessário que o Ministério do Trabalho veja isso, até porque eu sempre disse, como fiz ao aprovarmos aqui projeto de decreto legislativo concedendo anistia aos servidores do Ministério que participaram daquela greve em 2009 ou 2010, que o Ministério do Trabalho e Emprego tem que tratar muito os seus servidores que cuidam dos direitos dos outros trabalhadores.

Eu estou falando, basicamente, de caso da esfera administrativa em que realmente os salários são péssimos. Os profissionais da carreira de auditoria fiscal



têm salários bem melhores, mas também carecem de várias conquistas, como a indenização de trabalho de fronteiras, que esta Casa aprovou.

Mas eu queria sugerir duas coisas, aproveitando as palavras do Deputado Fernando Francischini, além dessa questão da carreira: que nós pudéssemos, talvez, fazer aqui uma audiência pública para rediscutir... A Comissão de Fiscalização e Controle tem um papel preponderante em toda essa estrutura de conveniamento que perpassa o Ministério do Trabalho. Não apenas o Ministério do Trabalho, mas todos os Ministérios.

Nós vimos, recentemente, que a CONAB passou por problemas; mais antigamente, o Ministério do Esporte, o Ministério dos Transportes. Enfim, todos os Ministérios precisam passar por um processo de rediscussão dessa estrutura de conveniamento, para que não venhamos demonizar projetos importantes, como o Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, como o PROJOVEM, que existe em vários Ministérios. Não era apenas no Ministério do Trabalho, era também no Ministério do Desenvolvimento Social. Enfim, que daqui a pouco isso não venha a recair sobre o PRONATEC.

Então, que façamos essa discussão para que haja transparência, para que nós possamos ter, por parte das entidades, que vão fazer um controle rígido, por parte do Tribunal de Contas, independentemente de ser uma ação direta do Governo Federal ou de Governos Estaduais e Municipais conveniados, que eles se submetam às mesmas regras.

Por último, apresento a sugestão — estou indo mais no âmbito das sugestões — de que nós possamos fazer uma discussão. Nós temos um pré-projeto em discussão de um novo código de relações sindicais, tanto no âmbito da criação de sindicatos, do financiamento desses sindicatos, quanto da fiscalização desses sindicatos.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, fazer com que, de repente... O nosso partido, o PDT, defende a obrigatoriedade da contribuição sindical, mas dentro da perspectiva de financiar sindicatos que efetivamente trabalhem pelos direitos dos trabalhadores. Não para financiar suas máquinas ou para financiar algumas práticas escusas que, infelizmente, existem no movimento sindical, como em vários outros movimentos. Mas como estamos falando de recursos públicos,



esses recursos precisam ser efetivamente discutidos, para que não venhamos, de repente, a virar determinadas caixas-pretas que precisam ser desvendadas.

E aí entra uma questão, Ministro, mais uma sugestão: que toda essa parte de criação de sindicatos não fique restrita a Brasília; que passe por uma primeira análise no âmbito de cada uma das Superintendências; que nós possamos vir com projetos, talvez já discutidos no âmbito do setor de relações de trabalho que existe em cada uma das Superintendências do Trabalho, para que quando venham para cá — para chegar às mãos do Secretário Messias, ou de outro Secretário, ou da Secretaria como instituição — já venham mais ou menos analisados, para que não haja essa grande concentração de, digamos, processos de criação, de ressureição, enfim, de qualquer coisa que seja relacionada a fracionamento sindical, e, consequentemente, nós possamos aliviar e fazer com que as Superintendências possam ter essa atuação descentralizada, não apenas no âmbito da fiscalização do trabalho, mas no âmbito de quaisquer ações pertinentes ao Ministério do Trabalho e Emprego.

No mais, mais uma vez, parabenizo V.Exa. pela presença. E acho que essas sugestões do Deputado Fernando Francischini e de outros Parlamentares poderiam servir tanto para o Ministro como para a equipe de assessoria que aqui acompanha o Ministro, para que nós possamos aperfeiçoar a importância institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. E, mais do que isso, que a Comissão de Fiscalização e Controle possa puxar esse amplo debate, para que toda a estrutura de conveniamento com entidades não governamentais e mesmo com entidades de outras esferas possa ser objeto de um amplo processo de discussão, para que o Poder Executivo não repita, talvez, o mal que também existe no Poder Judiciário, que é um acúmulo infinito de processos em que, às vezes, demandas passam anos e anos e anos e não são sequer avaliadas, e os eventuais beneficiários acabam falecendo.

Então, é um processo que é quase da República brasileira, não é apenas do Executivo, passa pelo Judiciário e pelo Legislativo. Quantos projetos de que nós somos autores, após Legislaturas e Legislaturas, sequer chegam até a CCJ? Só isso.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Obrigado, Deputado André Figueiredo.

Tem V.Exa. a palavra, Ministro.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - O Deputado Fernando Francischini faz referência a ações de 2 anos atrás, quando era Ministro do Trabalho o Presidente do meu partido, o companheiro Carlos Lupi. Eu tenho o dever, como companheiro e amigo pessoal que eu sou dele, até porque empreendemos lutas difíceis... Quando o nosso Presidente nacional morreu, o companheiro Brizola, nós ficamos com oito Deputados Federais. O partido teve decretada a sua extinção. O noticiário da época era de que o partido seria enterrado junto com o Governador Brizola. Então, nós vínhamois aí nessa tarefa de lutar, de correr. Quem conhece a história das práticas que nós adotamos sabe que elas são democráticas, republicanas, respeitosas. E eu quero aqui falar do meu apreço pelo companheiro Lupi. Eu tenho plena segurança — isso é questão de tempo, porque um processo não demora 2 dias, 3 dias, demora mais tempo — de que não há nenhum envolvimento pessoal do companheiro Lupi nas denúncias feitas naquela oportunidade. Eu o conheço, sei da sua integridade e do respeito que ele tinha pelo próprio Governador Brizola, que foi um modelo. Discordando ou não das suas ideias, das suas posições, a Nação inteira... Até na ocasião da sua morte, só um Governador não participou do velório. E, no Congresso Nacional, boa parte dos seus membros se manifestou sempre ressaltando que o Governador Brizola teve, na sua vida política, um zelo... O Brizola nunca falou de corrupção. Os senhores ouviram algum discurso do Brizola falando de corrupção? Não. Ele fazia a prática, ele, na prática, cumpria com o seu dever.

Então, eu quero aqui dizer, embora me digam que a esse respeito eu não deva dizer nada — eu não posso ficar calado, em respeito a um homem que eu considero íntegro —, que o tempo vai comprovar a sua inocência na medida em que o processo for sendo instruído. E eu tenho certeza de que ele será isento de qualquer responsabilidade com relação àquelas denúncias, até porque as denúncias não vêm de agora, vêm de algum tempo. E aqui também não adianta querer culpar o outro Ministro. Eu não vou culpar ninguém, porque nós estamos com um acúmulo de processos, por exemplo, só na análise dessas prestações, desde 1994.



Então, a deficiência, a defasagem e a precarização dos quadros no Ministério foi gerando esse acúmulo. O Tribunal de Contas cobra, a CGU cobra. Eu vou fazer, até para que eu não possa ser, amanhã, incriminado como irresponsável, porque eu posso ser processado por prevaricação, por não ter tomado medidas, na medida em que, ao assumir o Ministério, não tomei as ações necessárias.

Então, eu acho que não há outra maneira de se corrigir isso aí, senão mudar.

Como disse aqui o nosso Deputado Roberto, nós constatamos que esse modelo de convênio não vai dar. Por que eu vou fazer uma coisa que eu sei que vai dar problema? Então, não vamos fazer.

Tramita aqui no Congresso um projeto de lei que está já em fase, pelo que eu sei, final, que regula a ação dessas entidades. Porque não dá para criminalizar todas também. Tem-se que estabelecer programas de controle. E hoje você pode fazer o controle *on-line*. Eu posso firmar um convênio com uma entidade e acompanhar do meu gabinete o que está acontecendo lá na ponta: se está havendo a aula, se o curso está sendo realizado.

Agora, então nós cancelamos esse modelo de convênio.

E, respondendo também ao Deputado Fernando, vamos tomar essa medida de procurar colaborar e aproveitar a crise. Crise, para os asiáticos, é sinônimo de avanço, de mudança. Então, ela criou um impacto; isso facilitou a nossa relação com o próprio Governo, que entendeu que era fundamental apoiar as ações para que nós pudéssemos avançar nesse setor, e vamos fazê-lo. Vamos modernizar o Ministério, vamos reformá-lo. Nós vamos descentralizar o Ministério.

Você lembrou aqui o registro de sindicatos. Vamos fazê-lo, até quanto é possível, lá na superintendência. Os fatos, as ações acontecem lá no Estado, não aqui em Brasília. Os trabalhadores, os empregadores precisam da ação do Ministério lá, não aqui em Brasília. Para virem aqui eles têm que se locomover, têm que pagar avião, têm que gastar, têm que esperar uma audiência com o Ministro por épocas, semanas ou meses, às vezes.

Então, nós vamos procurar cumprir a nossa tarefa. O que não foi feito não foi feito por má-fé de nenhum dos Ministros que passaram. Buscando alguns documentos, tive ciência que vários Ministros tentaram fazer isso, desde o Dornelles.



O Dornelles tinha lá um projeto, que nós vamos fazer agora, de recuperação da ponta. E há uns 20 anos que o Dornelles foi Ministro. Nós vamos agora fazer, por exemplo, a recuperação da ponta. A Presidenta mandou que nós elaborássemos, e vamos recuperar o local onde os trabalhadores vão buscar os seus interesses. Nós temos hoje 102 agências que têm apenas um servidor. Ter um servidor é não ter nenhum. E tira férias, ele não pode ir. Nós temos uma deficiência também de estrutura física e de TI.

Então, nós vamos recuperar isso tudo. Vamos começar a recuperação e fazer com que os trabalhadores tenham um atendimento decente lá na ponta, para que, quando ele for buscar as suas informações e os seus direitos, ele tenha, no mínimo, um local com um computador, um sofá, uma sala onde ele possa ser recebido. E ele já chega lá, às vezes, de baixo-astral, pelo que ele está buscando. Chegar lá e ainda encontrar um mau serviço, um mau atendimento... Ele tem que ter um recebimento e uma atenção toda especial.

Então, para esse projeto que tramita aqui na Câmara, eu também pedi ajuda aos Deputados nossos. E o Governo também está estudando o envio de uma medida provisória, ou um projeto de lei, regulando isso aí. Ou, então, como também tem sido discutido, pode-se buscar, nesse projeto que tramita, uma interação, para se discutir com a Câmara e com o Congresso a adoção de outras ações que o Governo pretenda, incluindo este projeto de lei que tramita aqui no Congresso.

O que é urgente é a regularização disso, para não sofrermos um processo de continuidade no atendimento aos trabalhadores.

Agora, por exemplo, quanto à Polícia Federal, devo dizer que a Polícia Federal é do Governo, não é contra o Governo; pelo contrário, ela está lá a serviço do Governo. Nós ainda, há 30 dias, realizamos uma ação lá em Pernambuco. Fomos nós que chamamos e pedimos a Polícia Federal. Foi detectada lá uma burla, uma fraude no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e foram feitas apreensões e prisões e recuperados recursos que haviam sido desviados.

O Deputado Francischini também falou sobre a questão de quem iria dirigir as ações de fiscalização, pois determinada pessoa havia sido acusada também no Ministério. Essa pessoa é o ex-Prefeito, nosso companheiro, Sérgio Vidigal. Ele era diretor da SPPE e não tinha sido denunciado, não respondia a nenhuma verificação,



averiguação. Apenas, no exercício de sua função, ele tinha ido a São Paulo e visitado o CEAT — que é tarefa de gestor —, quando o fotografaram com a Presidenta daquela entidade. E aí ressolveram dizer que ele era responsável. Durante 15 dias, eu acho, a imprensa noticiou que havia decretação da prisão preventiva dele. E nunca houve decretação de prisão preventiva! Ele, magoado, triste, resolveu pedir demissão da função e voltou para o Estado dele.

Então, na realidade, ele não tinha nenhum envolvimento, não estava sendo investigado, não havia nenhuma cobrança dele, a não ser esse episódio da fotografia. Entendeu?

Eu acho que foi isso que o Deputado me perguntou. Não ficou ainda uma coisa sem responder?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, foi isso. Presidente, só um complemento. Gostaria de, com toda a educação, Ministro, em respeito ao seu tempo na política, fazer um pequeno reparo: por ser oriundo da Polícia Federal, devo ressaltar que a Polícia Federal não é do Governo; a Polícia Federal é do Estado.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Do Estado. Desculpe, do Estado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Com certeza, para nós, ia ser um demérito danado o dia em que a Polícia Federal se atrelar ao Governo que está e começar a executar ações “a” ou “b” de acordo com o Governo que lá está.

Mas eu tenho visto o contrário: muitas vezes a Polícia Federal tem feito operações que cortam na própria carne, e às vezes na carne do próprio Governo. Por isso nós temos um diretor forte que continua no comando, mesmo fazendo essas operações que vimos nos últimos anos.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Ele cumpre funções de Estado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E um segundo reparo, Ministro: eu acho que também me expressei errado, pois eu não cobrei do senhor uma ação contra o ex-Ministro LUPI; e sim sobre ações administrativas que o senhor fez na era pós-LUPI, porque o discurso do Ministro LUPI quando esteve aqui para nós todos é a mesma coisa: problema com os convênios, falta de estrutura de funcionários para fiscalização e que o porão do Ministério — não sei se há porão no Ministério — tem uma pilha de convênios sem fiscalização, porque não tem



funcionários para fazer a verificação, se foi empregado ou não foi. Lá na ponta, a CGU nem mais sorteio faz para fiscalizar Municípios, que dirá fiscalizar os convênios?

Então, as providências administrativas, Ministro, foram feitas. E aqui faço de novo o registro que não eram na sua época, mas na época anterior ainda, porque se passaram dois anos, metade do mandato. Se lá atrás o Ministro Lupi, antes de sair do Ministério disse que os problemas eram esses, nós estamos aqui refazendo, dois anos depois, uma audiência pública novamente com o Ministro da mesma pasta. E se passaram dois anos sem tenha sido feito concurso, não foi feito reforço da CGU para entrar e fazer as verificações.

Então, é capaz de, daqui a dois anos, estando o mesmo Governo ou não, repetir-se tudo de novo. Daí que o Deputado André tem toda a razão: se o Congresso não fizer a sua parte, se a gente viver legislando em cima de medida provisória que vem do Governo, sem que os projetos dos Deputados venham à pauta — o que é raríssimo —, a gente nunca vai resolver problemas sistêmicos da administração pública, Sr. Ministro.

Sr. Deputado, com relação às ações, eu assumo, no meu período, que tenho que fazê-las. Aqui, eu creio, não voltará mais nenhum Ministro do Trabalho e Emprego (*risos*) para falar desse problema que diz respeito aos convênios. Eles estão encerrados e não serão mais realizados nesses moldes. E nós vamos, com essa força-tarefa, analisar todas essas prestações de contas. Também vamos zerar o registro sindical e vamos zerar a questão das prestações de contas não analisadas. Então, esse ponto nós vamos cumprir, a não ser que, antes disso, eu tenha que sair do Ministério. Mas, certamente, o Ministro que virá vai dar continuidade a essa tarefa que é primordial e é obrigação. Se eu não a fizer, posso amanhã ser denunciado por prevaricação. Então, não vou querer ser processado a essa altura da vida.

Por fim, eu queria de aqui pedir escusas se não consegui esclarecer tudo quanto as pessoas gostariam de saber, mas reitero que nós vamos disponibilizar todo este material no nosso *site*. Nós queremos, desde já, agradecer aos Deputados das duas Comissões que solicitaram a nossa presença, que nos convidaram para estar aqui — ao Edinho, que eu conheço de longa data e, há várias vezes, é



Deputado, porque representa, com dignidade, a região que o traz aqui; ao Roberto, por igual; e a todos vocês Deputados —, porque acho que é uma tarefa fundamental, na consolidação da democracia, o fortalecimento do Congresso. E todo o respeito que devemos ter por uma entidade e por uma instituição da democracia cabe ao Congresso Nacional. Aqui se baliza, aqui se desenvolve, aqui se avança e aqui se pratica a verdadeira democracia, com defeitos, com virtudes, mas afinal de contas, aqui é realmente a Casa que representa a vontade popular.

E quero agradecer a presença de meus servidores, que aqui vieram para me prestigiar e assessorar. Estamos, reitero, à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Obrigado e boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Muito obrigado, Ministro.

Passo a palavra, para suas considerações, ao Presidente Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Da mesma forma, quero agradecer ao Deputado Fernando Francischini, da nossa Comissão, que tomou a iniciativa do requerimento, e agradecer ao Ministro, mais uma vez, por ter vindo.

Agora, é muito séria esta questão de não se ter estrutura, porque é um Ministério importante. Nós lamentamos que ele não tenha estrutura suficiente. Mas nós estamos escutando isso de outros órgãos também. A Controladoria-Geral da União — CGU, por exemplo, fez um concurso, mas não chama os concursados. Acho que nós tínhamos que rever essa situação e cobrar da Presidente Dilma Rousseff uma posição. Como se pode trabalhar sem estrutura, sem ter condições? Todos nós ficamos fragilizados, tanto para cobrar quanto para executar.

Eu fui Secretário de Estado da Infraestrutura — e o Ministro sabe disso —, e uma das ações que nós fizemos lá foi terceirizar muita coisa, porque faltavam pessoas, não havia pessoas capacitadas. Nós lamentamos isso, mas é um assunto que vamos continuar discutindo também.

Obrigado ao Ministro por ter vindo; obrigado ao Presidente Roberto Santiago e obrigado a todos os colegas que estiveram aqui presentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Santiago) - Obrigado, Presidente Edinho Bez. Agradeço a presença de todos.



Encerro a presente reunião, antes convocando as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados membros desta Comissão para a reunião ordinária deliberativa amanhã, 23 de outubro, às 10 horas, no Plenário 12.

Boa tarde a todos!